

## Situação do garimpo de Roraima é muito grave

BOA VISTA (Carlos Simões — Correspondente) — Mais de quatro mil homens continuam na área onde na manhã de sábado um grupo de índios, liderados pelo índio "Davi Guerreiro, ou Davi Yanomami", atacou o acampamento "Cruzado Novo", resultando na morte de pelo menos dois garimpeiros e quatro índios. A Polícia Federal de Roraima proibiu, novamente, o voo de aviões para o lançamento de gêneros ou transporte de garimpeiros para a região do conflito e até a noite de ontem não havia confirmado a morte de Aver Abreu de Souza, executado com um tiro de espingarda calibre doze, na presença de seu colega garimpeiro Manoel Ribeiro de Jesus, até agora o único sobrevivente do conflito que chegou até Boa Vista. Manoel Ribeiro garante que Aver foi realmente morto pelo índio que disparou a espingarda a menos de 5 metros de distância e que um enorme buraco ficou aberto no tórax do colega, sendo impossível que tenha sobrevivido ou que tenha sido levado pelos índios "que usavam relógios, pulseiras de ouro, chapéu mineiro e óculos ray-ban", afirma Manoel Ribeiro. Mesmo sendo advertidos pelo delegado da Polícia Federal, Daniel Norberto, de que se fossem à região do conflito, seriam presos, os repórteres voaram para o local em dois aviões cedidos por uma empresa de táxi aéreo. Quando sobrevoavam a pista mais próxima ao acampamento Cruzado Novo, a pista do Paapiu, novamente outra advertência da Polícia Federal, que montou base no local, pará que ninguém descesse ali, enquanto se podia observar, lá em baixo, possivelmente agentes do DPF interditando a pista com barris vazios. Junto com os jornalistas, estava o garimpeiro Manoel Ribeiro de Jesus, que mesmo tendo três balas no corpo, uma das quais próxima à medula e outra na região do pescoço, estava disposto a descer com os jornalistas e mostrar o local onde seu colega Aver foi assassinado, embora a Polícia Federal afirme que até o momento nenhum cadáver de garimpeiro foi encontrado, exceto os de quatro índios. Como não

foi possível a descida na pista do Paapiu, os jornalistas resolveram, juntamente com o piloto, arriscar uma aterrissagem em uma pista que está em construção, distante a cerca de 70 quilômetros da de Paapiu, e que dispõe apenas de 230 metros de solo livre, constituindo-se em um perigo "mortal", como chegou a advertir o piloto Alexandre Gatto, um dos três únicos pilotos que voam para a zona do garimpo do Cambalacho, uma das pistas mais perigosas de todos os garimpos da Amazônia, e que já fez vários pousos na pequena pista onde iríamos descer, mas todas as vezes sem carga. Conheço no avião, seria a primeira tentativa de pouso com a aeronave carregada. Na pista do Cambalacho, como é conhecida a área onde os repórteres desceram, mas de 600 homens aguardavam com ansiedade notícias de Boa Vista e/ou de seus familiares. Todos estavam apreensivos com a decisão que seria tomada pelas autoridades com relação a permanência deles na região dos garimpos, enquanto outros afirmavam que de lá só sairiam mortos. Pelo menos em uma coisa eles concordavam, que era quanto ao envolvimento ou influência dos padres junto aos índios que atacaram o acampamento. Para o advogado do Sindicato dos Garimpeiros, Alci da Rocha, o bispo dom Aldo Mongiano e o padre Giorgio D'Al Bene (Padre Jorge), são os responsáveis por todos os conflitos entre índios e garimpeiros no Território de Roraima. Segundo alguns garimpeiros ouvidos pelos repórteres que estiveram no local, vários índios, dias antes do conflito, estiveram no acampamento "Cruzado Novo" para pedir comida, pois estavam com fome. Depois de comerem juntamente com os garimpeiros, esses índios teriam afirmado que "padre manda matar garimpeiros, mas índio não quer matar amigo que dá comida, vocês podem sair daqui para não morrer" (um dos índios que afirmou terem os padres mandado matar os garimpeiros foi identificado como Antonio Macuxi, da região do rio Mucajai).

## Subprocurador defende Dom Aldo e a Igreja

BRASÍLIA — O subprocurador Geral da República, Cláudio Fontelles, faz uma veemente defesa do bispo de Boa Vista, dom Aldo Mongiano, e do trabalho da igreja católica em Roraima, no relatório que vai apresentar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), a propósito da prisão de 19 índios Macuxis peças forças de segurança do território. O episódio ocorreu no município de Normandia (RR), no final de junho, e o bispo foi acusado por funcionários do governo do Território de incitar uma ação violenta dos índios Macuxis.

O subprocurador Fontelles constatou que de fato três agentes de segurança da empresa Sacopã (do Rio), contratados pelo proprietário da fazenda Guanabara, Newton Tavares, foram mantidos em cárcere privado pelos índios da maloca Santa Cruz, que fica em área reivindicada pelo fazendeiro. De acordo com Fontelles, no entanto, o cárcere privado é um crime em conexão com a disputa de terras — o que leva a área de atuação do Departamento de Polícia Federal — e não da Secretaria de Segurança de Roraima, que efetuou a prisão dos índios.

## Aproveitamento mineral pedido para Amazônia

BRASÍLIA — Um manifesto assinado por 6 senadores e 19 deputados, dos mais diferentes partidos, foi entregue ontem ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, pedindo a retirada dos artigos 424 e 427 do projeto de Constituição preparado pela Comissão de Sistematização, que impedem o aproveitamento dos minérios existentes no subsolo das terras indígenas, ao mesmo tempo em que deixariam vulneráveis as fronteiras e a soberania nacionais no Norte. De acordo com os signatários, o objetivo do manifesto é levar à Constituinte "os reclamos das populações dos Estados envolvidos, as quais pelos mais diversos meios vêm alertando os seus representantes para os enormes e irreversíveis prejuízos que vêm

ocorrendo em decorrência da permanência dos artigos 424 e 427, do projeto da Comissão de Sistematização, que retira do processo econômico produtivo 20% da extensão territorial da Amazônia Ocidental brasileira". O manifesto é assinado por constituintes do Acre, Amazonas e Rondônia, além de representantes dos territórios do Amapá e Roraima. Segundo eles, permanecendo aqueles artigos, "a Amazônia e as unidades da federação que compõem a Amazônia Ocidental, jamais alençarão o estágio social e econômico compatível com o das outras regiões do País, além de ver o Brasil amputado em seu território, no que diz respeito à sua soberania e à segurança de suas fronteiras".

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Acervo (2)

Data: 19/08/87

Pg.: \_\_\_\_\_

Class.: 112